

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocorrência de desastres de grande magnitude, com grande número de vítimas fatais e perdas econômicas em várias regiões do planeta, fez com que a comunidade científica, as organizações internacionais e os governos começassem a tomar medidas mitigatórias, entretanto, parciais e insuficientes. Um marco histórico para a prevenção dos desastres a partir do final da década de 1980 culminou com a declaração dos anos 1990 como a Década Internacional voltada à redução dos desastres naturais (DIRDN). Durante a DIRDN foram priorizadas as atividades de pré-impacto, de previsão, de planejamento e de prevenção.

No Brasil, a partir do grande número de registros de desastres entre 2007 e 2011, foi criado um grupo de trabalho para elaborar um plano de prevenção e enfrentamento dos desastres naturais. Nessa perspectiva insere-se a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), promovendo o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador, com o intuito de avançar na qualidade e confiabilidade dos alertas, e na prevenção e mitigação desses desastres naturais.

Uma importante ação realizada por meio de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Defesa Civil – SEDEC e a Universidade Federal de Santa Catarina foi a primeira edição do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, trabalho concluído em 2010 e a sua 2ª edição revista e ampliada em 2013 (CEPEDC UFSC, 2013), que faz um amplo trabalho de levantamento de informações necessárias para a caracterização do cenário nacional de desastres naturais entre 1991 e 2012.

Além disso, entre 2011 e 2018, foi publicado, pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD), órgão da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), do Ministério da Integração Nacional, o Anuário Brasileiro de Desastres Naturais (BRASIL, 2014). Esse documento retrata os principais desastres ocorridos no Brasil, o que possibilita que a comunidade em geral, bem como a comunidade técnico-científica, conheça o perfil de desastres naturais em nosso país.

Os registros e a análise de informação estatística sobre desastres naturais tem sido, nos últimos anos, uma das primeiras ações para estudo do risco. O desenvolvimento de bases de dados sobre desastres naturais, tem se mostrado uma ferramenta determinante para a sua gestão e visa à implementação de sistemas indicadores da vulnerabilidade e de risco, quer ao nível das escalas nacionais, quer locais e regionais (ROBAINA e TRENTIN, 2013).

Os governos e as entidades responsáveis pela gestão do risco precisam dotar-se de informações, que lhes permitam uma avaliação das áreas com maior possibilidade de ocorrência e de impactos dos desastres naturais. De posse dessas informações, é possível construir modelos de suporte e avançar na cenarização, tanto de uma perspectiva ambiental, como social e econômica.

No Brasil, os processos hidrológicos como as inundações caracterizam-se como um dos desastres naturais com maior ocorrência e, como resultado, causam milhares de vítimas todos os anos, assim como elevados custos à sociedade. Entretanto, a informação sobre risco de processos hidrológicos encontra-se incompleta ou dispersa, tornando-se um obstáculo à implementação de medidas eficazes para mitigar desastres naturais, que se amplificam em magnitude e frequência como consequência direta das alterações climáticas.

Observa-se que a análise dos fatores históricos é fundamental para o estudo de riscos naturais, pois permite identificar padrões de ocorrência e intensidade dos eventos ao longo do tempo. Por meio do estudo de registros históricos, é possível reconstruir a ocorrência e recorrência dos eventos, assim como entender melhor as características e os impactos que eles podem causar. Além disso, o estudo de riscos naturais é de extrema importância para a segurança e o bem-estar da sociedade. Ao compreender os perigos e as ameaças provenientes de fenômenos naturais, é possível adotar medidas preventivas e de mitigação, reduzindo os danos causados por esses eventos. Os resultados obtidos, associam-se à política de redução de riscos, objeto principal de gestão que se conecta aos interesses da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Além disso, está delimitado em concordância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 13 (ODS 13) da Agenda 2030, que indica a necessidade de criar mecanismos de estudo e planejamento que considerem

os efeitos das mudanças climáticas, a fim de reforçar a capacidade de adaptação na criação de políticas públicas e ações de planejamento.

Portanto, o desafio hoje é congrega esforços de toda a sociedade, em particular das Universidades, para apoiar os municípios no desenvolvimento de políticas bem-sucedidas e auxiliá-los a implantar estruturas permanentes de prevenção de riscos e de proteção ambiental. Para estabelecer os diferentes cenários existentes, é necessário conhecer o histórico dos eventos, caracterizando as áreas afetadas e os danos causados. Isso representa um importante instrumento para auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas, na medida em que permite hierarquizar os problemas, avaliar a necessidade de investimentos, e dar suporte técnico ao poder público para que, junto com a comunidade, possam encontrar soluções para essas situações.